

TERTIUM DATUR:
KANT ENTRE HARMONIA PRÉ-ESTABELECIDADA
E INFLUXO FÍSICO

Gualtiero Lorini

A abordagem de Kant das diferentes teorias da causalidade que se confrontam no debate científico e filosófico de sua época é caracterizada, por um lado, pela referência a suas fontes mais diretas e, por outro lado, pela tendência à elaboração de uma perspectiva original, que não é totalmente redutível a estas mesmas fontes. Neste contexto, um dos primeiros pontos focais é representado pela referência a Leibniz, muitas vezes mediada por autores como Wolff e Baumgarten, o que, a propósito, leva o próprio Kant a por vezes acreditar esteja posicionando-se contra as teorias de Leibniz, ao passo que, na realidade, ele está, por exemplo, atacando uma tese de Wolff ou de um discípulo de Wolff. Isto acontece com menor frequência no que diz respeito a Baumgarten, que em muitos aspectos é um leibniziano mais ortodoxo do que Wolff.

Uma outra linha de interpretação tende a salientar o emprego, por parte de Kant, das posições de Crusius como um meio para contrastar o formalismo wolffiano. Contudo, mesmo que o desacordo de Kant com Crusius seja em geral mais oculto e implícito, ele é muitas vezes agudo e determina, também, o surgimento de posições autônomas e originais no pensamento de Kant. O ponto de partida e o constante pressuposto na análise deste panorama é o que o próprio Kant (falando de ontologia) definiu como o “vestíbulo da metafísica” (cf. FM, AA 20: 260). Neste caso, o vestíbulo é o texto através do qual Kant enfrenta a tradição metafísica, ou seja, a *Metaphysica* de Baumgarten, que Kant emprega durante toda a sua carreira acadêmica como manual para suas lições de metafísica. É por isto que vamos começar a partir deste texto.

Para Baumgarten, *ratio* [*Grund*] significa “fundamento” de um ente [*ens*],¹ e está ligado a este ente por um *nexus*, que tem de ser entendido num sentido metafísico mais amplo. O “princípio” é o que contém o fundamento de uma outra coisa, e pode ser princípio “de ser” [*essendi*], “de vir-a-ser” [*fiendi*] ou “do conhecer” [*cognoscendi*],² enquanto a “força” [*vis*] caracteriza o nexo interno através do qual os acidentes aderem à essência da substância na medida que ela é o “fundamento suficiente” deles.³ No que diz respeito à adesão à essência dos “modos”, e mais ainda das “relações”, precisamos de mais uma determinação, ou seja, de um fundamento que é uma “causa”, não uma “força”, e que coincida com o “princípio da existência” (a ser entendida como “vir-a-ser”).⁴ Este princípio é o fundamento do “complemento de essência ou da possibilidade interna”⁵ de uma coisa. Entre os significados do conceito de “causa” expressos por Baumgarten, Kant adota desde os *Pensamentos sobre a verdadeira avaliação das forças vivas* o de “causa eficiente” [*causa realitatis per actionem*].⁶ Contudo, enquanto Kant adota este conceito, a fim de explicar o “influxo físico” entre as substâncias, Baumgarten é um adepto da “harmonia pré-estabelecida”. Por conseguinte, para Kant, também e sobretudo, a ação da força tem um valor de causalidade, pelo fato de poder exercer-se por uma substância sobre a outra, enquanto Baumgarten reduz a relação entre as substâncias a uma força que é apenas interna a qualquer substância.⁷ A harmonia pré-estabelecida pressupõe uma teoria monadista da substância, que é atacada por Kant na terceira seção da *Nova dilucidatio*, através da exposição de dois princípios que devem ser deduzidos a partir do princípio da razão suficiente. O primeiro é o “princípio da sucessão” [*principium successionis*]: “Nenhuma mudança pode acontecer às substâncias, a não ser na medida que estão conexas com outras, cuja dependência recíproca determina a mútua mudança de estado” (PND, AA 1: 410). Aqui, o principal objetivo polêmico de Kant é Wolff, segundo o qual “uma substância simples está sujeita a mudanças constantes em virtude de um princípio interno de atividade” (PND, AA 1: 411).⁸ Kant considera aqui a teoria de Wolff insustentável por vários motivos. Em primeiro lugar, uma mudança exige novos fundamentos que devem necessariamente derivar do exterior, mas no presente caso isto não pode acontecer porque as determinações internas que já aderem à substância estão “postas por fundamentos internos, com exclusão do oposto” (PND, AA 1: 410). Ademais, as mudanças das determinações internas da substância não podem derivar de uma mudança em seus fundamentos, porque estes, por definição, são imutáveis, assim como as determinações são simultâneas a eles. Com isto, na medida que as determinações essenciais são imutáveis, elas não podem ser a fonte das alterações internas da substância. Os wolffianos – diz Kant – “criaram uma definição de força a tal ponto arbitrária que significa aquilo que contém o fundamento das mudanças, quando deveria antes dizer o que contém o fundamento das determinações” (PND, AA 1: 411). Isto se refere aos *Pensamentos*, texto em que a força foi definida como a expressão mais autêntica da causalidade, e seu caráter peculiar foi representado pelo conceito de “atividade”, que caracteriza também o princípio de mudança wolffiano.⁹ Então, o passo seguinte consiste em entender em direção a que tende a atividade da força, o que exige investigar um pouco mais o conceito de causalidade.

Wolff, Baumgarten e Meier partilham um conceito geral de causa como um fundamento cujo âmbito é basicamente lógico. Pois este fundamento é uma expressão do princípio da razão suficiente, que por sua vez vem do princípio lógico da não-contradição, donde se poder concluir que também este fundamento tem um valor lógico.¹⁰ Portanto, mesmo a necessidade que

caracteriza a derivação do causado em relação à causa deve ser lógica. Pois a posição da causa é simultânea à da consequência [um princípio aceito até mesmo por Kant]; as determinações decorrentes dos fundamentos essenciais da substância são simultâneas a esses fundamentos essenciais, tanto do ponto de vista lógico quanto do ontológico, ou seja, elas são imutáveis como os seus fundamentos.¹¹

O objetivo das observações de Kant é exatamente o de explicar a transição do plano lógico ao ontológico, mas, para este efeito, a teoria da causalidade de Wolff é claramente insuficiente. De fato, para Kant no conceito wolffiano de substância faltam as relações intra-substanciais, e, portanto, este conceito de causalidade não pode ser considerado *real*. Pelo contrário, isto é expressado por uma mera correspondência lógica e ideal entre causa e causado. Portanto, a ação da força só pode ser exercida sobre as determinações internas da substância, e a alteração é reduzida a uma sucessão de determinações internas que precisam de um outro princípio interno para tornar-se reais. Este modelo contradiz o conceito de uma essência fundamentada em determinações cujo contrário foi logicamente excluído. Assim, para Kant nada existe no interior da substância que possa produzir a mudança. Esta deve necessariamente vir do exterior, por meio de uma força expressada por uma causalidade real.

Na terceira seção da *Nova dilucidatio*, Kant adota uma perspectiva complementar no que respeita às duas primeiras seções. De fato, enquanto nas duas primeiras seções Kant visa analisar o princípio da razão suficiente e demonstrar a sua validade, aqui, por meio da limitação da validade deste à realidade contingente, Kant pode definir a modalidade de determinação das substâncias contingentes como uma interação causal mútua. Em outras palavras, as alterações das relações externas da substância são a causa das suas alterações internas, porque as primeiras contêm o “fundamento de existência” [*ratio existentiae*] das segundas. Deste modo, pelo “princípio da sucessão”, Kant explica como a remoção do predicado oposto ao que pertence ao sujeito é possível mesmo quando esta remoção fica *atual*, ou seja, naqueles casos em que esta remoção vai além dos limites da lógica formal. Devendo esta remoção ser efetuada por uma causa externa, isto requer que as substâncias encontrem-se numa relação mútua e real.¹² Neste sentido, a adesão de Kant a esta forma de influxo físico responde à necessidade de preencher a carência da lógica formal, na medida que ela pretende fornecer uma explicação completa da realidade contingente.

De fato, com base no seu princípio de sucessão, Kant reivindica a possibilidade de “derrubar totalmente a harmonia pré-estabelecida de Leibniz” (PND, AA 01: 412). Mas, mesmo no que diz respeito à relação entre fundamento e determinação, que Kant discute nessas linhas, as suas críticas não afetam realmente a concepção leibniziana autêntica. Suas críticas são ao contrário dirigidas contra a versão wolffiana desta relação.¹³ A objeção de Kant repousa sobre o fato que, uma vez posto um fundamento essencial interno à substância, uma determinação correspondente é, por sua vez, imediata e imutavelmente colocada. Portanto, uma mudança interna pura não é admitida. Contudo, Leibniz, de forma diferente de ambos, Wolff e Kant, rejeita a contemporaneidade entre a posição do fundamento e a da determinação correspondente. Isto permite a Leibniz explicar a mudança em termos de causas derivadas, não em termos de causas primeiras.¹⁴ Não obstante, a explicação da mudança em termos de causas

primeiras, ou pelo menos de fundamentos essenciais, é um objetivo perseguido tanto por Wolff quanto por Kant, embora através de diferentes estratégias. É por isto que o “idealismo” de Leibniz ainda é insatisfatório para os propósitos de Kant, mesmo que o princípio kantiano de sucessão não enfraqueça substancialmente a própria posição de Leibniz.

Pelo princípio da sucessão, Kant parece reivindicar que a realidade sensível consista, em última análise, de pontos físicos primitivos dotados de forças físicas, que gerem interações causais. Contudo, desde que estas forças não sejam expostas a mudanças, elas igualmente não podem ser identificadas com as forças particulares, que nós podemos observar na nossa experiência sensível. Elas, ao contrário, parecem já coincidir com as forças atrativas e repulsivas de que Kant tratará na *Monadologia physica*.¹⁵ Neste texto, Kant descreve as mônadas, cuja simplicidade, de forma diferente dos *atomi naturae* de Wolff, bem como das mônadas leibnizianas e baumgartianas, não as impede de ser compostas por partes. De fato, para Kant a simplicidade das mônadas físicas consiste no fato que suas eventuais partes não podem ser separadas umas das outras, e uma tal definição de simplicidade não se encontra em qualquer outro autor do tempo de Kant.¹⁶ No entanto, após ter colocado este elemento de originalidade, pelo menos programática, o desenvolvimento da *Monadologia physica* não explica como a propriedade de “ser composta de partes, que não podem ser separadas umas das outras”, realiza-se efetivamente na substância simples. Assim, ao fim e ao cabo, a simplicidade das mônadas físicas em Kant coincide ainda com a definição de simplicidade em Wolff como “ausência de partes”.¹⁷

O segundo princípio introduzido por Kant na terceira seção da *Nova dilucidatio*, ou seja, o princípio de coexistência, é, na verdade, pressuposto pelo princípio da sucessão:

As substâncias finitas não estão, somente por sua existência, em relação umas com as outras, nem estão ligadas entre si por qualquer interação, exceto na medida que o princípio comum da sua existência, ou seja, o entendimento divino, as mantém em um estado de harmonia em suas relações recíprocas (PND, AA 1: 412-413).

Kant ilustra aqui as modalidades do nexa causal entre as substâncias, necessário para que uma mudança aconteça no interior de uma substância singular. A limitação desta análise às substâncias contingentes é expressa pela referência às substâncias “finitas”. Além disso, é importante notar que a insuficiência da mera existência de substâncias singulares para a determinação de suas relações mútuas parece colocar a posição de Kant perto da doutrina da harmonia pré-estabelecida. Na verdade, se Kant não afirmasse ter já descartado esta teoria na exposição do princípio da sucessão, passagens como a seguinte poderiam ser interpretadas como totalmente consistentes com a posição de Leibniz e Baumgarten:

Por conseguinte, na medida que cada uma das substâncias tem existência independente das outras, não ocorre nenhum nexa mútuo das mesmas, nem acontece nas <substâncias> finitas ser causas de outras substâncias e, no entanto, pois todas as coisas no universo se encontram coligadas por um nexa recíproco <mútuo>, tem de admitir-se que esta relação depende da comunhão da causa, ou seja, de Deus, princípio geral dos existentes (PND, AA 1: 413).

O ponto sobre o qual Kant não concorda com Leibniz e Baumgarten é a natureza real, e não simplesmente ideal, da relação entre as substâncias, uma relação que se baseia na dependência comum das substâncias do esquema do entendimento divino.¹⁸ Contudo, a verdadeira natureza desta relação foi já indicada na explicação do princípio de sucessão; portanto, a crítica de Kant é principalmente focada na insuficiência da existência das substâncias para a determinação das suas relações mútuas. Por esta razão, o objetivo das críticas de Kant tem que ser identificado com Crusius. De fato, embora Crusius admita a natureza real das relações entre as substâncias, ele afirma que só Deus pode criar substâncias, cuja existência coloca-as *ipso facto* numa relação real.¹⁹ Pelo contrário, Kant afirma que as substâncias poderiam também ser criadas (com todos os seus fundamentos internos) sem ter nenhuma relação mútua. Neste caso, as relações seriam adicionadas posteriormente e de forma independente dos fundamentos internos. Pois a mera existência das substâncias não implica necessariamente a sua interação [*commercium*] mútua, pois ela nem sequer pode dar razão das determinações decorrentes desta interação; portanto, “é óbvio que, se se supõe que existem mais substâncias, disso não se determina ao mesmo tempo o lugar, a posição e o espaço que é constituído por estas relações de muitas maneiras” (PND, AA 1: 414). Deste modo, o espaço ocupado [*eingenommen*] ou preenchido [*erfüllt*] pelas substâncias começa agora a desempenhar um papel significativo na determinação da interação causal entre elas.

1. A NATUREZA DO ESPAÇO COMO PROBLEMA-CHAVE NA DETERMINAÇÃO DAS RELAÇÕES INTER-SUBSTANCIAIS

Como afirma Kant na *Nova dilucidatio*, no ponto “5” da “Aplicação” do princípio de coexistência, o conceito de espaço deriva das substâncias corpóreas, das quais ele manifesta as relações sensíveis, cujo fundamento metafísico é constituído pela dependência destas substâncias em relação à causalidade divina. Aqui, Kant menciona uma “*notio spatii*” que fica reduzida às “ações implicadas das substâncias com as quais sempre necessariamente a reação tem de estar junta” (PND, AA 01: 415). Deste modo, embora Kant admita, com Leibniz, a natureza derivada do espaço, ele não conclui, como Wolff, que o espaço é meramente subjetivo. Em vez disso, em conformidade com Newton, ele atribui ao espaço uma realidade que o torna um elemento essencial nas relações entre os corpos. De fato, a rejeição da tese newtoniana do primado ontológico do espaço sobre as substâncias físicas não impede Kant de argumentar que o fenômeno externo da relação universal entre os corpos “chama-se atração, a qual, como resulta da mera copresença, chega a qualquer distância, e é a atração newtoniana, ou a gravitação universal” (PND, AA 01: 415).

Aqui, mais uma vez, a força expressa a essência mais autêntica da causalidade. De fato, quando Kant critica as teorias da harmonia preestabelecida e do ocasionalismo, ele volta ao significado da causalidade eficiente, cujo pressuposto é a dependência comum das substâncias em relação a Deus como sua causa criadora:

Com o mesmo direito pode-se assumir que as mudanças externas podem ser produzidas desta maneira por causas eficientes, e também que as mudanças que ocorrem dentro da substância

são atribuídas a uma força interna da substância, embora a eficácia natural desta, tal como aquele fundamento das relações externas, dependa da divina sustentação (PND, AA 1: 415).

Contudo, é surpreendente que nestas últimas linhas da *Nova dilucidatio* Kant até pareça rejeitar a teoria do influxo físico, que até este ponto defendera, seja por seus pressupostos, seja pela exclusão de possíveis alternativas a ele:

Quaisquer que sejam as determinações e as mudanças que se encontrem em qualquer [substância], elas sempre se referem, na verdade, ao que é externo, mas o influxo físico, no verdadeiro sentido do termo, tem de ser excluído, e há uma *harmonia universal* das coisas (PND, AA 1: 415).

Mas Kant está aqui a simplesmente rejeitar uma versão esboçada do influxo físico na qual se pode reconhecer não só a teoria de Crusius, mas também a de Knutzen.²⁰ Nos *Pensamentos*, Kant tinha de fato mencionado sarcasticamente um “agudo escritor” [*scharfsinniger Schriftsteller*] que foi o principal defensor do influxo físico.²¹ Nesta referência, alguns estudiosos têm com razão reconhecido Knutzen.²² O pressuposto básico de Knutzen é que a força do próprio movimento que caracteriza a mônada leibniziana implica a força de mover outras coisas.²³ Isto seria também demonstrado pela impenetrabilidade.²⁴ Assim, Knutzen enfrenta as duas objeções tradicionais contra o influxo físico, e afirma que este último não implica a migração de acidentes de uma substância a outra, mas apenas uma alteração na substância submetida à ação de outra. Além disto, e por meio de uma referência leibniziana, Knutzen rejeita a crítica relativa à conservação da vis viva no mundo, e afirma que esta não é válida para a interação corpo-alma. De fato, Leibniz deduz esta lei do princípio da inércia, que, para Knutzen, não pode ser válido para a alma.²⁵

Porém, Kant não parece convencido por estas soluções propostas por Knutzen, mesmo elas sendo sofisticadas. Na verdade, ele acredita que a teoria de Knutzen não pode evitar a mera migração de acidentes de uma substância a outra. Mais ainda: na teoria de Knutzen, nenhuma dependência comum das substâncias de Deus é exigida para explicar a possibilidade das suas interações mútuas, o que não permite alcançar a “harmonia universal das coisas” [*rerum harmonia universalis*] (PND AA 1: 415).

Como já mencionado relativamente à *Monadologia physica*, a tentativa de fundamentar o influxo físico de uma maneira inovadora está intrinsecamente ligada a uma nova fundação da teoria da substância simples. Apesar da adesão geral de Kant a uma teoria wolffiana da substância simples neste período, alguns elementos leibnizianos e baumgartianos ainda permanecem. Com efeito, quando, no final da *Nova dilucidatio*, Kant tenta fundamentar a relação entre as substâncias por meio de conceitos newtonianos, ele está ainda a refinar o conceito de “força ativa”, que é basicamente leibniziano. Para ultrapassar esta posição, que o impede de abraçar a perspectiva newtoniana, Kant tem de questionar a teoria segundo a qual qualquer atividade da substância pode ser reduzida a uma das suas propriedades intrínsecas. A partir da versão kantiana do influxo físico, uma resposta possível é implicitamente detectável no final da proposição “7” da *Monadologia physica*. Aqui, Kant defende que as propriedades relacionais da substância precisam das propriedades intrínsecas às quais elas são referidas, da mesma maneira

como os acidentes precisam de uma substância.²⁶ Ao mesmo tempo, vale lembrar o que Kant tinha afirmado acerca do princípio da sucessão na *Nova dilucidatio*, ou seja, que as alterações dentro da substância dependem das alterações das suas relações, que, de acordo com o princípio da coexistência, compreendem igualmente “lugar, posição e espaço” (Cf. PND AA 01: 414). A partir de todos estes elementos, pode-se argumentar que qualquer substância contingente, que, como tal, esteja exposta a mudanças, determina a sua própria posição no espaço em virtude de uma pluralidade de relações com as outras substâncias. Estas relações são estabelecidas através das forças de impenetrabilidade e atração.

Não é coincidência que, desde as Lições de Metafísica do início da década de 1760, quando enumera os primeiros conceitos da metafísica, Kant enumere, ao lado dos conceitos que “quase não podem ser reduzidos em absoluto” – como “representação”, “contiguidade” e “sucessão” –, também enumere “espaço” e “tempo”, que, de forma diferente, “podem ser reduzidos apenas parcialmente” (V-Met/Herder AA 28: 155-158).²⁷ Isto atesta que, apesar de neste período Kant ainda conceber o espaço como um conceito de relação, este conceito já fica caracterizado como objetivo. Kant, assim como Baumgarten, coloca o espaço entre os conceitos básicos da metafísica. Na variedade do universo, afirma Kant, todas as coisas têm sua própria posição [*Lage*], e o espaço parece estar dividido pelas coisas colocadas nele. Dentro do espaço é possível individuar lugares [*Orte*] que coincidam com pontos, nomeadamente entidades sem partes. Portanto, nenhum ponto no espaço “ocupa” um lugar. Não obstante, pois podemos afirmar por experiência direta que no espaço há algumas posições, nós devemos ao mesmo tempo admitir a existência de determinações (mutuamente) externas [äußere Bestimmungen] que correspondam às substâncias. Por conseguinte, onde não há nenhuma substância, não há também espaço nenhum. Assim, através dos conceitos de *Ort* e *Lage* Kant deriva uma *notio prima* de espaço como um conceito relativo exigido pelas substâncias.²⁸

Nos escritos publicados no final dos anos 1750 e nos anos 1760, esta concepção de espaço é particularmente relevante. Na *Nova concepção do movimento e do repouso*, bem como no *Ensaio para introduzir o conceito de grandezas negativas em filosofia*, por exemplo, este conceito encontra-se colocado numa discussão mais ampla sobre o método da metafísica. Mesmo no texto em que tal discussão alcança o seu pico, ou seja, os *Sonhos de um visionário explicados por sonhos da metafísica*, a continuidade argumentativa com os problemas tratados na *Nova dilucidatio* e na *Monadologia physica* é claramente detectável. Com efeito, nos *Sonhos* Kant admite a existência de substâncias materiais simples e tenta delinear por analogia com elas as características de eventuais substâncias espirituais simples.²⁹ Ao fazer isto, ele está claramente a integrar a perspectiva da *Monadologia physica*. Nos *Sonhos* ele argumenta que, embora a presença no espaço das substâncias espirituais seja mediada pela área da sua atividade, esta presença não é um “preenchimento”. Em seguida, Kant lembra algumas características da concepção relacional do espaço, que tinha sido esclarecida na *Aplicação* do princípio de coexistência e desenvolvida nas lições do início dos anos 1760.³⁰

De qualquer forma, serão necessários mais dois anos para Kant alcançar um progresso essencial, embora não definitivo, na elaboração de sua versão peculiar do influxo físico: isto acontecerá com o escrito *Acerca do primeiro fundamento da diferença das regiões do espaço* (1768).

Neste trabalho Kant adere de fato à concepção newtoniana do espaço absoluto, e reconhece uma realidade particular do espaço, cuja natureza merece ser mais bem investigada.³¹

2. *INFLUXUS ORIGINARIUS E INFLUXUS DERIVATIVUS*

Antes de analisar o escrito de 1768, é preciso considerar uma reflexão que vem logo depois (entre 1769 e 1770), em que Kant especifica que quando se fala de “influxo” é sempre preciso admitir a possibilidade de uma influência direta de uma substância sobre a outra, já que, “originalmente, uma substância não pode afetar uma outra substância, porque as substâncias não recebem [a ação] uma da outra, a não ser que se afirme que as substâncias recebem [a ação] uma da outra na medida que a recepção [de tal ação] é ao mesmo tempo uma ação” (Refl 4217, 1769-1770, AA 17: 461). Aqui, Kant ainda adere à tese de Baumgarten, segundo a qual até mesmo o receber uma ação por parte de uma substância só pode ser representado por esta mesma substância sob a forma de uma ação própria, cujo conteúdo expresse essa recepção.³² Com base nesta posição, Kant divide o influxo físico em original [*originarius*] e derivado [*derivativus*], e afirma que: “O primeiro ocorre se o fundamento formal [*ratio formalis*] é interno [*domestica*] às substâncias; o segundo, se esse fundamento é externo [*peregrina*]”. O primeiro caso representa a influência que as substâncias poderiam exercer umas sobre as outras, apenas em virtude de sua existência, e coincide com o modelo de Knutzen, parcialmente com o de Crusius, ambos rejeitados por Kant.

Na medida que este fundamento assume um valor causal, ou seja, os seus efeitos vão além dos limites das relações internas entre a substância e os seus acidentes,³³ isto é uma “causa externa ao mundo” e coincide com um “ser extra-mundano [*ens extramundanum*]”. Kant conclui que “[a] interação [*commercium*] das substâncias no mundo é realizada por meio do influxo derivado, ou seja, é uma interação natural resultante de uma dependência comum” (Refl 4217, 1769-1770, AA 17: 461). Trata-se aqui basicamente do princípio já introduzido por Kant na *Nova dilucidatio*, segundo o qual a interação entre as substâncias é baseada na sua dependência comum da mesma causa criadora. Aqui, este princípio alude explicitamente ao conceito de “totalidade” [*Universitas*], que será tematizado na “Dissertação de 1770”. A reflexão de fato termina com a seguinte declaração: “A natureza do universo, como tal (pois toda a natureza é a natureza de todas as substâncias), consiste no conjunto e na completude [*completudo*] (por esta razão é dita totalidade [*universitas*] das coisas)” (Refl 4217, 1769-1770, AA 17: 461). Assim, embora a realidade do influxo físico entre as substâncias, que se baseia na dependência das substâncias em relação a uma causa comum, seja para Kant preferível à interação ideal proposta pela harmonia pré-estabelecida e pelo ocasionalismo, esta solução ainda depende inteiramente de um pressuposto fundamental suprassensível, a saber, a causalidade divina.

No entanto, Kant em 1768 já tinha individuado o conceito-chave para a fundação da sua versão do influxo físico, ou seja, o espaço absoluto como uma condição da intuição sensível. Pode-se então perguntar o que ainda impede Kant, quase dois anos depois deste texto, de empregar este conceito de espaço, a fim de integrar a sua versão do influxo físico. Com efeito, por meio deste conceito ele teria podido explicar como a interação mútua entre as

substâncias realiza-se *concretamente*. Contudo, há um problema que afeta o próprio conceito de espaço, e em relação ao qual, na transição do escrito de 1768 para a “Dissertação de 1770”, Kant introduz uma “correção” decisiva. Na verdade, se nós analisarmos a definição de espaço fornecida na “Dissertação de 1770”, detectamos o desaparecimento de um dos predicados que caracterizavam o espaço em 1768: em 1770, não há mais referência à “realidade” do espaço (e do tempo). Já no final do escrito de 1768 Kant tinha admitido que este predicado do espaço, embora seja intuitivo no que diga respeito ao sentido interno, cria dificuldades quando se quer apreendê-lo por meio das ideias da razão.³⁴ Na “Dissertação de 1770”, em vez de “*conceptus spatii*” e “*idea temporis*”, Kant associa espaço e tempo por meio da definição de “*intuitus purus*”.³⁵ Diferentemente do que ocorria em 1768, Kant defende agora que, existindo o espaço antes das substâncias cuja interação é tornada possível por ele, a “realidade” da sua função não pode ser empiricamente estabelecida, mas, ao contrário, deve estar enraizada no entendimento. Assim, entre 1768 e 1770 o espaço mantém o seu caráter absoluto, no contexto de uma adesão geral ao modelo newtoniano, mas sua realidade peculiar é afirmada no sentido subjetivo e transcendentalmente ideal, que o caracterizará também na *Crítica da razão pura*. Esta transição ocorre exatamente no período da Reflexion 4217, e, portanto, pode-se de forma legítima supor que, neste fragmento, Kant não tinha ainda desenvolvido o conceito de espaço como uma forma subjetiva da intuição dos fenômenos.³⁶

Na “Dissertação de 1770” esta concepção de espaço tem consequências imediatas sobre a correção do influxo físico, que é um dos objetivos de Kant. De fato, no “§ 22” Kant afirma que a interação primitiva entre as substâncias, na medida que “decorrente da própria subsistência daquelas, fundada numa causa comum”, dá lugar a uma harmonia “*geralmente estabelecida*”, enquanto a harmonia, “que tem lugar apenas na medida em que os estados individuais de qualquer substância se adaptam ao estado de outra”, é uma “*harmonia singularmente estabelecida*”. O comércio decorrente da primeira espécie de harmonia é “real e físico”, enquanto que o decorrente da segunda é “ideal e *por simpatia*” (MSI, AA 2: 409, trad. p. 68). Kant acrescenta que uma “influência física (corrigida)” representa a forma mais geral das relações entre as substâncias no mundo. Ele afirma que esse comércio é sempre e inevitavelmente “*estabelecido externamente*”, mesmo no caso em que este seja “individualmente conciliado com os estados das mesmas” (MSI, AA 2: 409, trad. p. 68), o que seria o caso da harmonia pré-estabelecida e do ocasionalismo.

Porém, a distinção fundamental entre o influxo físico e as duas teorias alternativas, distinção que determina a realidade do primeiro, depende mais uma vez do nexo que estabeleça as substâncias do mundo como dependentes de uma única causa criadora:

Se, por conseguinte, mediante a sustentação de todas as substâncias por um só, a *conjunção* de todas as coisas que constituem uma unidade for *necessária*, então o comércio universal entre as substâncias será realizado através da *influência física* e o mundo será um todo real, de outro modo, o comércio será realizado *por simpatia* (isto é, por harmonia, sem que haja um verdadeiro comércio) e o mundo não será mais do que um todo ideal. Quando a mim, a primeira tese, ainda que não demonstrada, está sobejamente provada também por outras razões. (MSI, AA 2: 409, trad. p. 69)

Além disso, embora no *Scholium* o espaço seja definido como a “condição universal e necessária conhecida sensitivamente da presença simultânea de todas as coisas”, ele é também definido como “OMNIPRESENÇA ENQUANTO FENÓMENO”. “(Pois a causa do universo – diz de fato Kant – não está presente a todas e a cada uma por estar nos lugares destas, mas, ao contrário, há lugares, relações possíveis entre as substâncias, por ela estar intimamente presente a todas)” (MSI, AA 2: 410, trad. p. 69). Assim, nós podemos defender que a correção do influxo físico que Kant menciona no “§ 22” da “Dissertação de 1770” não consiste apenas no esclarecimento da dependência das substâncias de uma causa criadora comum, mas também em conceber o espaço como uma forma subjetiva da intuição, uma ideia que em 1768 ainda não estava presente.

Por um lado, a correção da teoria do influxo físico esboçada na *Nova dilucidatio* é aqui efetivamente realizada, na medida que Kant não só evita a mera migração dos acidentes de uma substância a outra, mas consegue também conceber a interação entre as substâncias através das condições das suas relações sensíveis. Por outro lado, Kant ainda representa aqui um dos princípios do mundo sensível, nomeadamente o espaço, como dependente do princípio formal do mundo inteligível, a saber, a causa criadora. Contudo, em 1770 essa dicotomia é totalmente colocada dentro da dimensão do sujeito cognoscente.

3. O ESPAÇO COMO FORMA DE ONIPRESENÇA DE DEUS

A partir de 1771 Kant aprofunda o modelo de 1770, na medida que ele retoma a justaposição entre os termos “original” e “derivado” e emprega este conjunto de termos não só para o conceito de “influxo”, mas também para o de “interação”. Numa Reflexion de 1771, Kant de fato especifica que um influxo original de uma substância sobre uma outra só pode ser admitido sem nenhuma “substância-mediadora”, de modo que este influxo originário pertence “apenas à *substantia sustentatrix*”. Da mesma forma, no caso de uma interação de um “influxo mútuo”, nenhuma substância mundana poderia ter, no que diz respeito a uma outra substância, a mesma relação causal original que o autor da totalidade do mundo tem em relação a esta totalidade das substâncias mundanas. Por conseguinte: “Nenhuma interação de substâncias [...] é original, cada uma delas é derivada, na medida que é sustentada por outra coisa” (Refl 4438, AA 17: 546). Numa Reflexion de 1776-1778, Kant acrescenta que “[o] influxo físico é naturalmente original ou derivado; este último é racional” (Refl 5422, AA 18: 178).

Vale a pena notar aqui que o influxo derivado é definido como racional porque Kant, perto da virada crítica, sente a necessidade de uma compreensão da totalidade que seja fundada em uma representação conceitual própria do sujeito, uma representação que, portanto, pressuponha as formas da intuição sensível. Já em algumas Reflexionen desta época Kant tinha esboçado o princípio – em seguida formalizado na *Crítica da razão pura* – segundo o qual “[a]s condições a priori de uma experiência possível em geral são, ao mesmo tempo, condições de possibilidade dos objetos da experiência” (KrV A 111, trad. p. 160).³⁷ Este princípio ilustra bem a nova perspectiva de que Kant considera o problema. Na *Crítica da razão pura* ele já não fala mais de um mundo, mas da natureza, que poderia ser tanto *materialiter spectata*, como “conjunto completo de todos

os fenômenos [*Erscheinungen*]”, ou *formaliter spectata*, na medida que “todos os fenômenos [*Erscheinungen*] da natureza têm de estar sob as categorias no que diz respeito à sua ligação”. Além disso, ele não fala mais de “substâncias”, mas de “fenômenos”, concebidos como “representações de coisas que existem sem que se tenha qualquer conhecimento daquilo que elas poderiam ser em si mesmas” (KrV B 163-165, trad. p. 147-148).³⁸ Este ultrapassamento do dualismo entre o mundo sensível e o inteligível, tal como fora concebido na “Dissertação de 1770”, também permite a Kant superar a objeção clássica contra o influxo físico da alma no corpo. Com efeito, ele pode demonstrar que o pretensão dualismo qualitativo entre corpo e alma é, na verdade, fictício. Dado que nós não podemos conhecer as coisas como elas sejam em si, não faz sentido pretender conhecer a essência da substância simples, sequer reivindicar a heterogeneidade entre a substância material e a *res cogitans*.³⁹ Ambos os termos desta comparação deveriam ser considerados no mesmo nível, a saber, o da representação da realidade fornecida pelo sujeito transcendental com base na sua experiência.

Esta perspectiva já pode ser reconhecida tanto nas Reflexionen como nas “Lições de Metafísica” do fim da década de 1770. Aqui, Kant divide a interação derivada em “influxo hiperfísico [*influxus hyperphysicus*]”, que abrange harmonia pré-estabelecida e occasionalismo, e “influxo físico”, que “se refere às leis da natureza” (V-Met-L1/Pölitz, AA 28: 213).⁴⁰ Estas leis da natureza correspondem ao sistema conjunto de categorias e intuições puras a priori, que permite conceber a natureza como um todo. De fato, depois de ter estabelecido que a “conexão” [*Verknüpfung*] entre Deus e o mundo é uma “conexão de derivação” [*Verbindung der Ableitung*] – o que significa que Deus não está enredado nas determinações mútuas entre as partes do mundo⁴¹ –, ele acrescenta que o espaço, como um fenômeno, “é a conexão infinita das substâncias, umas com as outras” (V-Met-L1/Pölitz, AA 28: 214). Vê-se claramente que a linguagem de Kant nas Lições é mais acadêmica do que nas obras impressas, e esta é provavelmente a razão pela qual ele ainda fala aqui de “substância”. No entanto, a abordagem crítica é já claramente reconhecível quando Kant afirma que, se nós imaginarmos sensivelmente a conexão entre as substâncias – uma conexão cuja consideração puramente intelectual limita-se à sua fundação na causa criadora divina –, então o espaço é “a mais alta condição de possibilidade da conexão” (V-Met-L1/Pölitz, AA 28: 214). Portanto, o espaço é reconhecido como uma das condições de possibilidade que permitem à imaginação operar a síntese transcendental pela qual o sujeito pode representar a natureza como um totalidade “de acordo com as leis gerais”.⁴²

Em seu último curso sobre metafísica, em meados da década de 1790, Kant afirma que a definição newtoniana de espaço como o *Organon* da onipresença de Deus é errada, porque “o espaço não é nada em si mesmo; e não pode ser pensado como algo em si realmente existente através da conexão das coisas” (V-Met-K3 E/Arnoldt AA 29: 1007).⁴³ A harmonia entre substâncias, ou seja, a relação acima mencionada “de acordo com as leis gerais”, só pode ser realizada como harmonia *in commercio*, isto é, através do influxo físico, e não como harmonia *absque commercio*, a saber, como um dos possíveis modos do influxo hiperfísico.⁴⁴ A realidade específica do espaço, que Kant já tinha discernido entre 1768 e 1770, pode agora ser alcançada através da sua integração com as leis gerais do entendimento humano.

Desde a *Nova dilucidatio* Kant visava utilizar a dinâmica newtoniana a fim de explicar

a maneira pela qual o vínculo mais original entre as substâncias pudesse ser representado pelo entendimento humano. Para alcançar este resultado, não foi suficiente para Kant atribuir ao espaço uma realidade ontologicamente anterior à realidade das substâncias, porque esta atribuição teria colocado o espaço no nível numenal da causalidade divina, da qual, ao contrário, o espaço deve ser a expressão inteligível. A relação específica entre o espaço e a onipresença divina, que Kant tinha percebido desde suas lições do início dos anos 1760 – quando ele tinha definido o espaço como “o primeiro ato da onipresença divina” (V-Met/Herder, AA 28: 103; Nach. Met. Herder, AA 28: 888) –, é esclarecida perto da virada crítica, quando Kant define o espaço como *um* fenômeno da onipresença divina.⁴⁵

Contudo, é só nas suas lições mais tardias que Kant consegue deduzir, a partir da determinação transcendental do espaço, a sua definição como “condição *formal*” da representação da natureza como um *totum reale*. Aqui, Kant alcança a passagem que foi prefigurada na *Crítica da razão pura*. Com efeito, o espaço não é mais concebido como uma mera condição da natureza *materialiter spectata*, ou seja, como uma condição da mera presença simultânea de todos os fenômenos, mas, ao contrário, torna-se “a forma da onipresença divina”, na medida que esta última “é expressada na forma de um fenômeno; e por meio dessa onipresença de Deus todas as substâncias estão em harmonia” (V-Met-K3 E/Arnoldt, 29: 1008).⁴⁶ Pois o espaço expressa na realidade fenomênica apenas a forma da onipresença divina; mas essa forma é ao mesmo tempo definida como um *fenômeno* desta onipresença *tout court*, o que significa que a determinação formal da onipresença divina fornecida pelo espaço diz também respeito à matéria desta onipresença. Portanto, todos os fenômenos que constituem a realidade fenomênica podem estar em harmonia através do espaço.

Poder-se-ia perguntar como esta harmonia pode ser concretamente realizada, na medida que ela deve expressar a totalidade *real* da natureza. Mas, aqui, Kant conclui que a nossa razão não pode ver além.⁴⁷

BIBLIOGRAFIA

- AFEISSA, Hicham Stéphane (2009), “L’unité du monde et les voies de la causalité. Une étude des écrits et des cours de la période précritique de Kant”, *Kant-Studien* 100: 2, p. 139-165
- BAUMGARTEN, Alexander Gottlieb (1739¹), *Metaphysica*, Halle, repr. 7^o ed. 1779, Hildesheim: Olms, 1963.
- CRUSIUS, Christian August (1745), *Entwurf der notwendigen Vernunftwahrheiten, wiefern sie den zufälligen entgegen gesetzt werden*, Leipzig, repr. in *Die philosophischen Hauptwerke*, 4 voll., ed. por G. Tonelli, Hildesheim: Olms, 1964, vol. 2
- KAEHLER, Klaus Erich (1985), “Kants frühe Kritik an der Lehre der ‘prästabilierten Harmonie’ und ihr Verhältnis zu Leibniz”, *Kant-Studien* 76:4, p. 405-419.
- KANT, Immanuel (2004), *Dissertação de 1770*, tradução, apresentação e notas de Leonel Ribeiro dos Santos, 2^a edição, revista, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- ____ (2012), *Crítica da Razão Pura*, tradução de Fernando Costa Mattos, Petrópolis: Vozes.
- KNUTZEN, Martin (1735, 1745), *Systema causarum efficientium seu Commentatio philosophica de*

commercio mentis et corporis per influxum physicum explicando, Königsberg.

KUEHN, Manfred (2001), *Kant: A Biography*, Cambridge: Cambridge University Press.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm (1695), *Système nouveau de la nature et de la communication des substances, aussi bien que de l'union qu'il y a entre l'âme et le corps*, in *Die philosophischen Schriften*, 7 voll., editado por Carl Immanuel Gerhardt, Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, 1875-1890, repr. Hildesheim-New York: Olms, 1960-1961, vol. 4.

PLOUCQUET, Gottfried (1753), *Principia de substantiis et phaenomenis*, Francofurti et Lipsiae.

POZZO, RICCARDO-OBERHAUSEN, MICHAEL (2002), "The Place of Science at Kant's University", *History of Science* 40, p. 353-368.

REUSCHER, John A. (1977), "A Clarification and Critique of Kant's Primorum Principiorum Cognitionis Metaphysicae Nova Dilucidatio", *Kant-Studien* 68:1, p. 18-32.

SARMIENTO, Gustavo (2005), "On Kant's definition of the Monad in the *Monadologia physica* of 1756", *Kant-Studien* 96:1, p. 1-19

WATKINS, Eric (2005), *Kant and the Metaphysics of Causality*, Cambridge: Cambridge University Press.

WOLFF, Christian (1719), *Vernünfftige Gedanken von Gott, der Welt und der Seele des Menschen auch allen Dingen überhaupt. Deutsche Metaphysik*, Halle., repr. in *Gesammelte Werke*, I Abteilung - Deutsche Schriften, Band 1.1, editado por J. École, Hildesheim: Olms, 1983, [DM]

___ (1730), *Philosophia prima sive Ontologia, methodo scientifica pertractata*, Francofurti et Lipsiae, repr. in *Gesammelte Werke*, II Abteilung - Lateinische Schriften, Band 3, editado por J. École, Hildesheim: Olms, 1962, [Ont].

___ (1731), *Cosmologia generalis, methodo scientifica pertractata*, Francofurti et Lipsiae, repr. in *Gesammelte Werke*, II Abteilung - Lateinische Schriften, Band 4, editado por J. École, Hildesheim: Olms, 1964 [CG].

ABSTRACT: The present essay aims to provide an overview on Kant's dealing with the main theories of causality which were proposed and discussed in his time. The goal is to show that, since the pre-critical period, he has never simply accepted the theories of causality that he could find in second-scholastic sources, but has always tried to develop an original position. Starting from a general acceptance of the theory of the "physical influx", Kant tries to amend this theory, as it had been roughly provided by Knutzen and Crusius. This emendation is carried out through elements coming from the Leibnitian tradition. However, in this field Kant never totally embraces the Wolffian, as well as the Baumgartenian model. The paper tries also to shed light on the way in which the critical conception of space allows Kant to fulfill his original theory of causality as an amended version of the physical influx.

KEYWORDS: Physical Influx; Occasionalism; Pre-established Harmony; Causality; Space

Gualtiero Lorini is an Alexander von Humboldt postdoctoral fellow at the Institute of Philosophy of the Technische Universität Berlin. He is associated member at the Institut d'Études Avancées, Collegium de Lyon, member of the Kant-Gesellschaft, the North American Kant Society, the Società Italiana di Studi Kantiani, and of the Société d'Études Kantiennes de Langue Française. His research interests concern Classical German Philosophy, Aetas Kantiana, Modern Philosophy, Quellengeschichte, Aufklärung, History of Metaphysics, and the interaction between Kantianism, Phenomenology and "Interpretationsphilosophie".

NOTAS

1 Baumgarten, *Metaphysica*, § 14.

2 Baumgarten, *Metaphysica*, § 311.

3 Baumgarten, *Metaphysica*, § 197.

4 Baumgarten, *Metaphysica*, § 307.

5 Baumgarten, *Metaphysica*, § 55.

6 Baumgarten, *Metaphysica*, § 319.

7 Baumgarten, *Metaphysica*, §§ 449 ss. Cf.: e.g. GSK, AA 01: 18.

8 De qualquer forma, na *Cosmologia generalis* (§209) Wolff admite que podemos explicar todas as mudanças que ocorrem num elemento singular através das mudanças que ocorrem num outro.

9 Cf. supra GSK, AA 01: 18.

10 Cf. Wolff, Ont, §§ 866-881.

11 Cf. Wolff, DM, §§ 32, 42.

12 Sobre este ponto cf.: Reuscher 1977, p. 28

13 Este aspecto é bem salientado por Kaehler 1985, p. 406-408.

14 Veja-se, em particular: Leibniz, *Système nouveau* (1960-1961), p. 477-487. Sobre este assunto: Watkins 2005, p. 125.

15 Cf. Watkins 2005, p. 129.

16 See: Wolff, CG, §§ 186-188; Baumgarten, *Metaphysica*, §§ 224, 230. Sobre este ponto veja-se Sarmiento 2005, p. 5.

17 Pozzo e Oberhausen argumentam que o wolffianismo de Kant nestes anos sobre temas relacionados à filosofia da natureza não é surpreendente, porque ambos, Leibniz e Newton, são ensinados neste período em Königsberg através de manuais wolffianos. Cf. Pozzo-Oberhausen 2002, p. 354.

18 Sobre o esquema do entendimento divino como fundamento das relações entre as substâncias, uma fonte significativa de Kant é Plouquet 1753, §§ 200-202.

19 Cf. Crusius 1745 [1964], §327.

20 Cf. Knutzen 1735, 1745.

21 GSK, AA 1: 21.

22 Cf. Kuehn 2001, p. 93.

23 Knutzen 1735, § 28.

24 Knutzen 1735, § 29.

25 Knutzen 1735, § 53.

26 Cf. MonPh, AA 1: 482.

27 Cf. igualmente Refl 3716 (1762-1763), AA 17: 257.

28 Veja-se NLBR, AA 2: 23-24 e V-Met/Herder, AA 28: 29.

29 Veja-se TG, AA 2: 323.

30 Veja-se TG, AA 2: 323-324.

31 Veja-se GUGR, AA 2: 378.

32 Veja-se Baumgarten, *Metaphysica*, § 463, e V-Met/Herder AA 28: AA 28: 51-53.

33 Cf.: Baumgarten, *Metaphysica*, §§ 459 e ss.

34 Cf. GUGR, AA 2: 383.

35 Cf. MSI, AA 2: 398-404.

36 Cf.: Refl 3950, AA 17: 362; 4077, AA 17: 405-406; 4078, AA 17: 406; 4086, AA 17: 409-410. Todas estas Reflexionen são do 1769.

37 Vejam-se também Refl 4757 and 4758 (1775-1777), AA 27: 703-708.

38 Para os diferentes sentidos em que Kant fala de “mundo” e “natureza”, cf. KrV, A 418-419/B 446-447. Cf. também Afeissa

2009 p. 161-165.

39 Cf. KrV, A 389-396.

40 Cf. também Refl 5428 (1776-1778): AA 18: 179.

41 V V-Met-L1/Pöhlitz, AA 28: 212.

42 Cf. V-Met-L1/Pöhlitz, AA 28: 214 e V-Met/Mron, AA 29: 868.

43 Neste contexto, Kant retoma a definição de espaço como um “símbolo” desta onipresença. Esta definição já estava presente na Refl 4208 (1769-1770), AA 17: 456.

44 Cf. V-Met-K3 E/Arnoldt AA 29: 1008. Cf. também V-Met/Dohna, 28: 665; V-Met-K2/Heinze, AA 28: 758.

45 Cf. V-Met-L1/Pöhlitz, AA 28: 347; Met Mron, AA 29: 866.

46 Cf. também V-Met-K2/Heinze, AA 28: 732.

47 V-Met-K3 E/Arnoldt, 29: 1008.

Recebido / Received: 30.10.2016

Aprovado / Approved: 01.11.2016

